

# PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis  
Um trabalho coletivo do CES



# PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis  
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sã  
inscrita na Lista do Património  
Mundial em 2013



PROGRAMA OPERACIONAL COMPLEXIDADE E INOVAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

# PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

## Coordenador

José Reis

## Editor

Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

## Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

## Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

## Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

## ISBN

978-989-8847-25-6

# UNIÃO EUROPEIA

José Reis

A ideia de união europeia como projeto de paz e solidariedade, lançado quando as cinzas da guerra ainda estavam quentes, não pode ser esquecida, por muito que haja interpretações rivais. A Comunidade Económica Europeia (CEE), instituída formalmente em Roma em 1957 para passar a relacionar numa nova base seis países ricos e centrais, haveria de demorar a alargar-se e a chegar às periferias, até então apenas representadas pela geografia do sul italiano. Fosse pelas razões que uns sublinham, fosse pelas que outros apontam, tornou-se saliente a ideia de convergência de níveis de desenvolvimento, de políticas estruturais (e aqui o termo estava bem aplicado, não estava manchado pelo cinismo que surgiria mais tarde, quando passou a significar, sem o revelar honestamente, desvalorização salarial e restrição do Estado) e, portanto, de coesão territorial entre países e regiões.

A transformação da CEE em União Europeia (UE) foi um passo radical. Embora o mercado único ainda exigisse as políticas que vinham de trás, o que passou para o posto de comando foi a aceleração da política da concorrência, o aproveitamento desigual das diferenças de custos salariais e de capacidades tecnológicas, a limitação das capacidades orçamentais do Estados e uma noção, dita de “governança económica”, que, na verdade, é essencialmente a subtração dos instrumentos públicos de intervenção substantiva na economia e na sociedade e a concentração cega na gestão de equilíbrios formais, próprios da macroeconomia, com os quais se limitam a ação pública e

a mudança. Não admira, portanto, que a UE tenha sido uma das sedes mais ortodoxas da imposição a alguns dos seus Estados-Membros de políticas de austeridade de efeitos danosos. Ao mesmo tempo, a Europa tornou-se num dos espaços do mundo mais concentrados nos avanços da financeirização e da facilitação dos mecanismos de proliferação dos mercados de capitais. Consolidou-se assim uma fratura europeia que permitiu que uns países se tornassem credores e ampliassem esse privilégio e outros se tornassem devedores e vissem a sua submissão reforçada. Do ponto de vista político, sobressaiu a fragmentação e o confronto.

A Europa pode reencontrar-se num projeto comum, de relançamento e de coesão. Não é certo que isso aconteça. Mas esta é uma questão essencial de debate. Um ponto de tensão cuja resolução deve ser considerada em aberto. É possível formular alternativa de uma Europa que equilibre em novos moldes as esferas nacionais e as comunitárias, retome a centralidade da iniciativa, da provisão e da governação públicas, restrinja os poderes financeiros, assuma uma heterogeneidade que tende para a divergência em vez de ser vista como diversidade vantajosa, supere a fragmentação, faça dos sistemas de emprego mecanismos essenciais de inclusão social, lidere uma transformação ambiental capaz e possa ter relações abertas e de cooperação com os povos vizinhos. Depende da luta política democrática fazer esta escolha, evitando o colapso geral e o da UE em particular.